



Caracterização da participação das mulheres agricultoras nos espaços de poder do município de Barreiros – PE.

Characterization of the participation of women farmers in the spaces of power of the municipality of Barreiros – PE.

BARROS, Andréa Marques Farias Oliveira de.¹; FILHO, Sollon²; SILVA, Patrícia Cândido de Amorim³; SILVA, Núbia Michella Clementino da⁴; TAVARES, Bianca Silva⁵, MELLO, Marcelo Rodrigues Figueira de Mello⁶.

¹IFPE-Campus Barreiros, andreamarquesf@outlook.com; ²IFPE-Campus Barreiros, sfsf@discente.ifpe.edu.br; ³IFPE-Campus Barreiros, pcas1@discente.ifpe.edu.br; ⁴IFPE-Campus Barreiros, nubiamichella@barreiros.ifpe.edu.br; ⁵IFPE-Campus Barreiros, bianca.tavares@barreiros.ifpe.edu.br; ⁶IFPE-Campus Barreiros, marcelomello@barreiros.ifpe.edu.br

RESUMO EXPANDIDO

Eixo Temático: Gênero, Feminismos e Diversidades na Construção Agroecológica

Resumo: Um novo contexto rural ocorreu no Brasil nas últimas décadas com mudanças importantes no que diz respeito ao segmento da agricultura familiar através da Lei nº 11.326/2006 e com a criação de políticas públicas como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Entretanto, esses avanços ainda não refletem o empoderamento das mulheres na agricultura e a sua busca por autonomia e protagonismo. Dessa forma, o objetivo deste estudo foi caracterizar a participação das mulheres agricultoras nos espaços de poder do município de Barreiros – PE. No que tange ao PRONAF, cinco agricultoras chegaram a iniciar a proposta de crédito junto ao agente financeiro, mas não foram efetivadas. Também não foi constatado o acesso ao PAA e ao PNAE por nenhuma das agricultoras. Assim como, a participação em espaços de poder do município de Barreiros.

Palavras-chave: agricultura, organização social, mulheres rurais.

Introdução

Um novo contexto rural brasileiro vem se desenhando na última década com mudanças importantes no que diz respeito a agricultura familiar, em particular, pela criação da Lei da agricultura familiar (Lei nº 11.326/2006). As informações do censo agropecuário mais recente realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e estatística no ano de 2017 revelaram que existem 5.073.324 estabelecimentos rurais no Brasil. Desse total, 3.897.408 (76,8%) são formados por agricultores familiares (BRASIL, 2006; IBGE, 2017).

A atividade diária de uma mulher agricultora está ancorada em dois pilares básicos, os cuidados com a família e os trabalhos inerentes a manutenção produtiva da propriedade rural, responsável por gerar a renda familiar. Entretanto, é observado uma divisão de tarefas neste contexto, algumas são executadas pelas mulheres e outras pelos seus companheiros (BIROLI, 2018).

A divisão sexual do trabalho construída pelas regras de cada sociedade tende a atribuir aos homens aquelas atividades vinculadas à esfera pública e à



mulher a esfera doméstica, ou seja, privada. A reprodução dessa cultura acaba produzindo profundas desigualdades de gênero na sociedade, uma vez que valoriza de forma diferente as atividades desempenhadas pelas mulheres e pelos homens (BIROLI, 2018).

No âmbito da agricultura familiar, fragmentos do patriarcado e da cultura machista ainda prevalecem no cotidiano da mulher agricultora, especialmente, em regiões onde predomina o cultivo da cana-de-açúcar como a Mata Sul de Pernambuco. Estratégias pautadas no diálogo que venham possibilitar essas mulheres atuarem como protagonistas em suas propriedades fortalecem a sua inserção nos espaços de poder, desde a sua unidade familiar, passando pelas associações e sindicatos, e culminando nos espaços de comercialização (SIMON; BOEIRA, 2016).

A comercialização da produção familiar é fundamental nos processos de desenvolvimento local e na manutenção da família do campo, fazendo com que esta família tenha dignidade e autonomia. Essa lógica não pode ser diferente quando consideramos as questões de gênero e a sua relação com as atividades da mulher agricultora. Nesse contexto, precisamos considerar todas as relações de poder dentro do mercado de trabalho, no caso da agricultura, as relações campo-cidade. Portanto, a possibilidade de uma maior participação das mulheres em atividades fora do âmbito doméstico, gerando renda através da sua produção e comercialização possibilita o seu acesso a espaços ainda não conquistados (SILIPRANDI, 2015).

Nos últimos anos, avanços ocorreram com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) destinado ao crédito rural e com uma linha de crédito específica para as mulheres agricultoras denominada Pronaf Mulher. Também foram criados dois programas voltados a comercialização institucional, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), ambos com cotas específicas para a produção familiar feminina (CUNHA et al., 2017; SILVA, 2020).

Segundo informações do sindicato dos trabalhadores rurais do município de Barreiros e do IBGE, existem 676 estabelecimentos rurais no município, nesses espaços rurais, habitam aproximadamente 1.074 famílias agricultoras, distribuídas em 27 assentamentos de reforma agrária e 22 associações de agricultores. Entender a participação das mulheres agricultoras nesse cenário é fundamental. O objetivo deste estudo foi caracterizar a participação das mulheres agricultoras nos espaços de poder do município de Barreiros – PE.

Metodologia

O estudo foi realizado no município de Barreiros - PE, localizado na Mesorregião da Mata Pernambucana e na Microrregião da Mata Meridional Pernambucana. Apresenta como principais atividades econômicas o comércio e a agricultura. No caso da agricultura, destaca-se o cultivo da cana-de-açúcar e o segmento da agricultura familiar que predomina em 22 assentamentos de reforma agrária (STR Barreiros, 2021).

Para a realização deste estudo considerou-se necessária a utilização de técnicas qualitativas (realização e interpretação de entrevistas, buscando recuperar



a história institucional e captar a percepção dos informantes) e quantitativas (aplicação de questionário e sistematização dos dados). Entender a relação intrínseca dessas informações é fundamental na percepção e no entendimento de questões centrais fundamentais na caracterização da participação das mulheres agricultoras nos espaços sociais e econômicos do município de Barreiros - PE

Foram entrevistados o presidente do sindicato rural (STR Barreiros), um representante da prefeitura municipal, o presidente do conselho municipal de desenvolvimento rural sustentável (CMDRS) e 11 agricultoras familiares que comercializam sua produção em feiras livres do município, sendo seis agricultoras na feira da quarta-feira e cinco na feira do sábado.

O critério na escolha dos atores de ATER (assistência técnica e extensão rural) entrevistados foi a relação das instituições com a agricultura familiar do município. As agricultoras entrevistadas nas feiras representam o processo de comercialização, ou seja, autonomia e geração de renda. O critério na escolha das agricultoras para o estudo foi atender a lei da agricultura familiar (*Lei 11.326/06*) e comercializar a produção em feiras do município, ocupando os meios de produção de forma autônoma ou em parceria com seu companheiro.

As entrevistas ocorreram de forma presencial. No decorrer das entrevistas, e conforme as observações expostas acima, foram realizadas perguntas abertas no que tange a diferentes aspectos como: *a existência de mulheres agricultoras atuando no sindicato rural, prefeitura ou em alguma associação, existência de ações no município voltadas às mulheres, comercialização da produção, acesso a políticas públicas, acesso a serviços de ATER, acesso a saúde da mulher, divisão do trabalho na família, obtenção de renda e atuação em organização social*. Todos os dados foram sistematizados, tabulados, e agrupados no programa Microsoft Office Excel® 2010, por tabulação simples, tabelas, gráficos e figuras.

Resultados e Discussão

Foram entrevistadas 11 agricultoras familiares com o perfil desejado nas feiras livres do município de Barreiros – PE. Dessas, seis comercializam sua produção familiar semanalmente na quarta-feira e as demais todos os sábados. Todas as agricultoras residem em áreas de assentamento provenientes de projetos de reforma agrária, com destaque para os engenhos *São Francisco, Bem Fica, Mascate, Passagem Velha, Serra do Una, alegre, Mascatinho e Passagem Velha*. Em relação ao estado civil, todas as entrevistadas mencionaram serem casadas, exceto uma das agricultoras, que mencionou ser divorciada.

Foi constatado que o tempo mínimo de atuação das agricultoras na prática agrícola ou “Trabalho no campo” foi de 10 anos, com duas agricultoras relatando estar na atividade há mais de 30 anos. A faixa etária de todas as agricultoras entrevistadas variou entre 30 e 60 anos de idade. Quanto ao acesso à educação, apenas duas mencionaram a conclusão do ensino fundamental completo, as demais afirmaram por motivos diversos, dentre eles os cuidados com a família, não ter conseguido completar seus estudos.

Um dos pressupostos da autonomia na produção familiar é vivenciar todo o processo produtivo desde a produção, passando pelo beneficiamento e finalizando



com a comercialização. Essa ausência de autonomia ou mesmo essa desvalorização da importância do trabalho feminino foi também relatada por Siliprandi (2009) e por Scott et al. (2010), que observaram na representação social dos trabalhos femininos como uma mera condição de “ajuda” e não de contribuição.

Outro fato constatado foi a baixa renda semanal obtida pelas mulheres objeto deste estudo, girando entre R\$ 100,00 a R\$ 350,00 em média por semana, perfazendo menos que um salário-mínimo por mês. Isso suscita a ideia já conhecida de que muitas famílias na região necessitam dos auxílios sociais para complementar sua renda. Isso ocorre em parte devido às inúmeras fragilidades no processo de comercialização. Segundo Rocha Júnior (2020) as políticas de acesso ao crédito rural e à provisão pública da assistência técnica e extensão rural (ATER) são de fundamental importância para o desenvolvimento da agricultura familiar e a segurança alimentar do país. A assistência técnica e extensão rural (ATER) exerce um papel de fundamental importância na disseminação de novos conhecimentos e técnicas (FARIA; DUENHAS, 2019).

No que tange ao PRONAF, nenhuma das agricultoras entrevistadas relatou ter obtido o crédito ou acessado o Pronaf Mulher, inclusive não conhecendo esta linha específica de crédito. Embora, cinco agricultoras chegaram a iniciar uma proposta de crédito em outras linhas do PRONAF junto ao agente financeiro, mas não foi efetivada devido a problemas documentais como por exemplo a DAP/CAF (cadastro nacional da Agricultura Familiar) vencida ou pendências de dívidas em outras instituições bancárias.

Dentre as agricultoras entrevistadas, nenhuma mencionou possuir a DAP/CAF tendo seu nome como titular, muitas nem sabiam dessa possibilidade. Nesse caso, a DAP/CAF dessas agricultoras era emitida em nome do seu esposo, ficando as agricultoras como a segunda titular.

Enquanto a participação nos espaços de poder, na prefeitura do município, foi mencionada a existência de duas agricultoras atuando na secretaria, ambas funcionárias públicas comissionadas. Com uma delas estudando no IFPE fazendo curso técnico em agropecuária. De um modo geral, a secretaria atua oferecendo serviços de ATER sob demanda, em particular, na forma de cursos, palestras ou campanha de vacinação para animais.

A dificuldade no acesso a todas as políticas públicas observadas neste estudo por parte das entrevistadas foi justificada pela burocracia e questões de documentação. Basicamente, entende-se por burocracia a falta de algum documento pessoal, a DAP/CAF vencida, dívidas em outros bancos ou mesmo a proposta de crédito mal executada e sem os devidos cuidados quanto à relação atividade a ser financiada e a capacidade de pagamento. Muitas agricultoras também mencionaram que os benefícios sociais são fundamentais para complementar a sua renda mensal, como por exemplo, a aposentadoria e o bolsa família, configurando uma fragilidade na manutenção produtiva da propriedade rural.

Em relação ao acesso à saúde, todas as famílias revelaram ter acesso a este serviço na atenção básica, destacando apenas a questão “distância” para o posto de saúde em alguns assentamentos que não possuem essa unidade. Apesar disto, quando questionadas acerca do acesso a exames mais complexos, foi constatado, o que é do conhecimento de todos, a dificuldade a esses serviços. Embora,



tenhamos alguns casos exitosos a exemplo da mamografia, que é realizada no município de Palmares ou em mutirões através de mamógrafos móveis.

A literatura que relaciona a agricultura familiar com assistência técnica e extensão rural relata que a presença de instituições de ATER possui muitos benefícios para a agricultura familiar. Dentre elas, é destacada a vantagem em possuir um auxílio na documentação necessária para se candidatar a um programa de crédito rural como por exemplo o PRONAF. Sendo este, um dos fatores que mais dificulta o acesso do agricultor ao crédito (CASTRO, PEREIRA; 2017).

Conclusões

A falta de informações sobre o acesso e a operacionalização das políticas públicas voltadas à mulher agricultora ficou evidente. A independência e a autonomia são princípios básicos que norteiam a agricultura familiar e a gestão da propriedade rural. Portanto, ações de extensão rural voltadas à criação de grupos produtivos de mulheres que possibilitem a geração de renda e o diálogo através de metodologias adequadas que considerem as relações de gênero como um dos pilares norteadores é fundamental para o protagonismo das mulheres neste estudo.

Referências bibliográficas

BIROLI, Flavia. **Gênero e desigualdades: os limites da democracia no Brasil**. 1 ed. São Paulo: Bom tempo, 2018.

CASTRO, C. N.; PEREIRA, C. N. Agricultura familiar, assistência técnica e extensão rural e a política nacional de ATER. **Revista de Extensão Rural**. 2017.

CUNHA, W. A.; FREITAS, A. F.; SALGADO, R. J. S. F. Efeitos dos programas governamentais de aquisição de alimentos para a agricultura familiar em Espera Feliz, MG. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 55, n. 3, p. 427-444, 2017.

FARIA, A. A. R.; DUENHAS, R. A. A Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER): um novo modelo de desenvolvimento rural ainda distante da agricultura familiar. **Revista Eletrônica Competências Digitais para Agricultura Familiar**, v. 5, n. 1, p. 137-167, 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Agropecuário 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

ROCHA JUNIOR, A., SILVA, R. O., PETERIE NETO, W., & RODRIGUES, C. T. Efeito da utilização de assistência técnica sobre a renda de produtores familiares do Brasil no ano de 2014. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v.58, n. 2, p.1-16. 2020.

SILIPRANDI, E. **Mulheres e agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na Agricultura** (Tese de doutorado). Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília. 2009.



SILIPRANDI, E.; CINTRÃO, R. **Mulheres rurais e políticas públicas no Brasil: abrindo espaços para o seu reconhecimento como cidadãs.** In: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2015.

SILVA, F. R. F. **Gênero, agroecologia e economia solidária:** estudo de caso do grupo de mulheres do Acampamento Recanto da Natureza em Laranjeiras do Sul-PR. DMA, Curitiba, v. 39, p. 115-132, 2016.

SIMON, VANÊSSA PEREIRA; BOEIRA, SÉRGIO LUIS. Economia social e solidária e empoderamento feminino. **Rev. Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, v. 53, p.532 - 541, dez. 2016.